



MEIO AMBIENTE

Cobrança às nações ricas do dinheiro prometido

Lula quer saber se países desenvolvidos levarão a sério compromisso firmado no Acordo de Copenhague “ou se vamos brincar”. COP 30, em Belém, em novembro, tem a difícil tarefa de obter US\$ 1,3 trilhão para combater as mudanças climáticas

» VICTOR CORREIA

Rogério Cassimiro/MMAMC

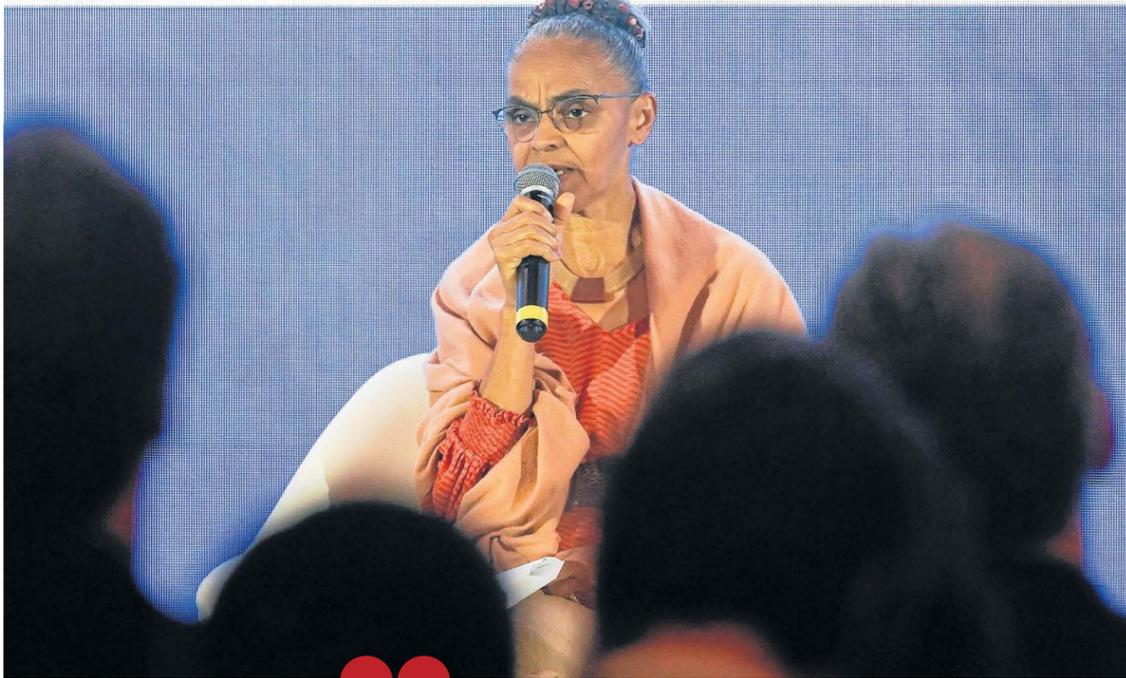
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, dos países ricos que cumpram o Acordo de Copenhague, quando, em 2009, se comprometeram a destinar US\$ 100 bilhões anuais — meta jamais alcançada — às nações menos desenvolvidas para o financiamento de medidas de mitigação das mudanças climáticas. Isso porque, segundo Lula, se o acordo que fecharam não for levado a sério, as conferências da ONU para as Mudanças Climáticas (COPs) serão desmoralizadas. “Os países se comprometeram a dar US\$ 100 bilhões para os países, por ano, em Copenhague, e não deram. Agora, a necessidade é de US\$ 1,3 trilhão, e tenho certeza de que não vão dar. É preciso que a gente faça uma discussão séria se queremos discutir a questão do clima de verdade, se queremos fazer uma transição energética de verdade, ou se vamos brincar”, exigiu, para acrescentar:

“Temos uma luta muito grande nessa questão do clima. Não é uma coisa pequena. Se a gente não fizer uma coisa forte, essas COPs vão ficar desmoralizadas. Porque, se aprova as medidas, fica tudo muito bonito no papel, e depois nenhum país cumpre”.

O Brasil sedia, em novembro, a COP 30, em Belém, e uma das principais metas do encontro é, justamente, alcançar esse US\$ 1,3 trilhão em investimentos. Na COP 29, em Baku, no Azerbaijão, em 2024, os países aprovaram a destinação de um total de US\$ 300 bilhões por ano até 2035, bem longe da meta trilionária fechada na capital dinamarquesa, na COP 15, quase 16 anos atrás. O resultado foi considerado um fracasso pelos analistas e um “insulto” pelos países em desenvolvimento.

Fator Trump

O objetivo de US\$ 1,3 trilhão é considerado difícil e foi admitido pelo presidente da COP 30, embaixador André Corrêa do Lago. Inclusive, ele frisou, ao ser anunciado por Lula como principal negociador da conferência, que a chegada de Donald Trump à Casa Branca é um fator a dificultar ainda mais que



se alcance tal objetivo. Mesmo porque, logo no discurso de posse, o presidente dos Estados Unidos deixou evidente a antipatia que tem pelo tema — além de deixar claro que fomentará a indústria norte-americana de combustíveis fósseis.

“Em qualquer parte da Terra, dão palpite sobre a Amazônia, todo mundo é especialista, todo mundo quer proteger. Então, vamos fazer (a COP) lá, na cidade de Belém, para que as pessoas saibam o que é a Amazônia”, frisou, comentando, ainda, a saída dos EUA do Acordo de Paris.

“Trump acabou de anunciar a saída do Acordo de Paris, mas os EUA já não tinham cumprido o Acordo de Kyoto. Os países se comprometeram a dar US\$ 100 bilhões por ano para os países em desenvolvimento e, até hoje, não deram”, frisou.

Na coletiva de ontem, disse, também, que organizará uma reunião com ministros da agricultura dos países africanos, em maio, para discutir medidas de combate à fome. Será o primeiro encontro da Aliança Global de Combate à Fome, lançada na reunião do G20, no ano passado, no Rio de Janeiro.

O que aconteceu em relação à Amazônia não foi em área desmatada, foi em floresta primária. Isso acende todas as luzes. Por isso, esta é a COP da implementação. Uma COP não é Copa do Mundo, não é Olimpíada. Ainda mais no contexto em que estamos vivendo. Esta é a COP da sobriedade”

Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Marina: é hora de sobriedade

» VITÓRIA TORRES*

Ao lançar, ontem, o *Anuário Estadual de Mudanças Climáticas*, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) deixou claro que a COP 30 terá de fechar com um rol de ações concretas para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Ela definiu o evento de Belém, em novembro, como a “COP da implementação” e que não pode ser tratado como “uma Copa do Mundo ou Olimpíada”. Para ela, não há mais espaço para discursos, pois o momento é de sobriedade e realismo diante da crise climática que já é realidade.

“O que aconteceu em relação à Amazônia não foi em área desmatada, foi em floresta primária. Isso acende todas as luzes. Por isso, esta é a COP da implementação. Uma COP não é Copa do Mundo, não é Olimpíada. Ainda mais no contexto em que estamos vivendo. Esta é a COP da sobriedade”, salientou.

Estados

Mas, para o Brasil chegar à COP numa posição em que

possa cobrar comprometimento dos demais participantes com as propostas de mitigação às mudanças no meio ambiente, é necessário que o dever de casa seja feito. E segundo o *Anuário*, isso está longe de acontecer, pois 15 unidades da Federação não possuem planos de adaptação climática. Segundo o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, a transição para uma economia verde deve ser responsabilidade dos três níveis de governo.

“Precisamos motivar todos os estados para terem um programa de mudanças climáticas. Não é só o governo federal que tem a obrigação de alcançar essas metas. Temos tarefas também”, cobrou.

Segundo o *Anuário*, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Mato Grosso são protagonistas da transição climática. Isso porque têm desenvolvido políticas para descarbonizar suas economias, investindo em energias renováveis e adaptando as infraestruturas contra eventos extremos.

Queimada avança em SP

Os dados reunidos no *Anuário Estadual de Mudanças Climáticas* mostram que se o Pará continua sendo o estado no qual as queimadas são mais intensas, São Paulo passou a figurar no ranking que apresentou o mais expressivo crescimento percentual na destruição causada pelos incêndios entre 2023 e 2024. O território paulista registrou, no ano passado, 6.163 km² de área queimada — um aumento 13 vezes maior do que o total verificado no mesmo período anterior.

Essa área incendiada é maior do que a do Distrito Federal e corresponde a quatro vezes o tamanho da cidade de São Paulo. A elevação de 1.235% no número de queimadas foi um dos maiores aumentos entre as unidades da Federação. Chamaram a atenção, também, o avanço dos incêndios no Mato Grosso do Sul (268% na comparação de 2024 com 2023), no Mato Grosso (198%) e em Minas Gerais (151%).

O Pará permanece na liderança do ranking com a maior área queimada no ano passado — uma área de 73.836 km² consumida pelo fogo, expansão de 87% em relação a 2023. Trata-se de um território comparável ao de países como Panamá ou a República da Irlanda.

No total, o *Anuário* mostra que foram mais de 300 mil km² queimados em 2024, área superior ao tamanho da Itália, segundo dados do Mapbiomas. Trata-se de um aumento de 79% em relação a 2023, quando cerca de 170 mil km² haviam sido devastados.

A ministra Marina Silva lembrou que o Brasil tem o compromisso de zerar o desmatamento até 2030. Até o momento, o país apresenta resultados positivos em algumas áreas, como a redução de 45% na devastação da Amazônia e de 48%, no Cerrado.

“O Brasil tem o compromisso de zerar o desmatamento até 2030. Mas essa não é uma tarefa fácil. Não queremos ficar nessa dos resultados já alcançados. A cada dia, temos que quebrar o nosso limite”, exortou. (VT)

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

CASO RUBENS PAIVA

Punição para oficiais da reserva

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomendou ao Ministério da Defesa que os militares da reserva José Antônio Nogueira Belham e Jacy Ochsendorf e Souza sejam declarados “indignos do oficialato”. Caso o pedido seja aceito, eles perderão postos e patentes. O Ministério da Defesa recebeu o documento do colegiado, em 27 de dezembro de 2024, e as recomendações estão sob análise.

Belham, general da reserva, e Ochsendorf, major da reserva, foram denunciados pelo Ministério Público Federal sob acusação de desaparecimento, tortura, morte e ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Paiva, em

1971. Outros três militares acusados pelo crime já morreram.

O documento foi aprovado após a reabertura do caso, em 2 de abril de 2024, e, segundo o conselho, representa o “primeiro passo” para a reparação dos crimes cometidos. O texto menciona que a família do ex-deputado continua sem respostas e sofre com a “tortura psicológica da dúvida eterna”.

O documento também recomenda que sejam declarado indigno “qualquer militar da ativa ou da reserva que professe doutrina contrária ao Estado Democrático de Direito ou favorável a regimes autoritários como o instaurado no Brasil a partir de

1964”. O conselho sugere, ainda, que o edifício onde funcionou o DOI-Codi no Rio de Janeiro seja desocupado e transformado num espaço de memória sobre os crimes cometidos na ditadura militar. O relatório defende que a reparação dos crimes de Estado deve ter múltiplas dimensões.

Entre outras medidas propostas ao Ministério da Defesa, estão uma declaração pública de repúdio à tortura e um pedido de desculpas às vítimas e aos parentes de mortos e desaparecidos políticos. O conselho também sugere que todo 1º de março seja marcado por uma ordem do dia em referência ao golpe de 1964.

Arquivo Pessoal



Ligados ao sumiço do ex-deputado podem se tornar “indignos do oficialato”

Filme

A história do desaparecimento de Rubens Paiva é contada no filme *Ainda Estou Aqui*, que estreou no fim do ano passado e foi visto nos cinemas por cerca de 4 milhões de brasileiros. Dirigido por Walter Salles, o longa-metragem é baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, é formado por 22 integrantes, sendo 11 representantes da sociedade civil e 11 do poder público, incluindo membros da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal, do Ministério da Justiça e do Poder Legislativo.